



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
**Gerência das Comissões**

LEI Nº \_\_\_\_\_  
DOM Nº \_\_\_\_\_  
AUTÓGRAFO Nº 71/2025  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1377/2025  
AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

*Institui o Programa Municipal de Jovem Aprendiz Atípico no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho e dá outras providências.*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**, aprovou e eu sanciono a seguinte:

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º** - Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Porto Velho, o Programa Municipal de Jovem Aprendiz Atípico, com o objetivo de promover a inclusão, formação profissional e empregabilidade de adolescentes e jovens com deficiência e/ou neurodivergência.

**Art. 2º** - O Programa tem por finalidade:

I – ampliar oportunidades de ingresso no mundo do trabalho para adolescentes e jovens atípicos, com suporte adequado às suas especificidades;

II – garantir formação profissional de qualidade com base em princípios de equidade, acessibilidade e dignidade;

III – implementar, para cada aprendiz, um Plano de Adaptação Funcional (PAF), instrumento que orientará as adaptações razoáveis necessárias no ambiente de trabalho; e

IV – sensibilizar e capacitar os servidores públicos, bem como articular parcerias com a iniciativa privada, para o acolhimento e acompanhamento técnico dos aprendizes atípicos.





**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
**Gerência das Comissões**

**Art. 3º** - São condições para ingresso no Programa:

I – ter idade mínima de 14 (quatorze) anos, não se aplicando o limite máximo de 24 (vinte e quatro) anos às pessoas com deficiência, priorizando-se, preferencialmente, o público em idade escolar ou em processo de formação profissional inicial;

II – estar regularmente matriculado em instituição de ensino fundamental, médio, superior ou em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA);

III – estar inscrito em curso de aprendizagem profissional ofertado por entidade formadora habilitada; e

IV – participar de avaliação biopsicossocial para elaboração do Plano de Adaptação Funcional (PAF), com a participação de profissionais das secretarias competentes.

**Art. 4º** - A jornada de trabalho será de até 6 (seis) horas diárias, respeitando-se as condições de saúde, necessidades terapêuticas e carga horária escolar ou universitária do aprendiz.

**Parágrafo único.** O trabalho não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

**Art. 5º** O Poder Executivo deverá assegurar:

I – acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal, metodológica e programática nos espaços de formação e trabalho, além da eliminação progressiva das barreiras urbanísticas, tecnológicas, institucionais, sociais e culturais, conforme previsto no art. 3º, IV, da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão;

II – capacitação continuada dos servidores públicos envolvidos e incentivo à formação de gestores e colaboradores da iniciativa privada sobre inclusão produtiva de pessoas com deficiência e neurodivergência;

III – apoio individualizado aos aprendizes, por meio de tutores, mediadores ou profissionais de referência, conforme avaliação técnica do Plano de Adaptação Funcional; e

IV – monitoramento e avaliação sistemática do Programa, com indicadores de desempenho, permanência, progressão funcional, clima organizacional e satisfação dos aprendizes e das equipes.





**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO**  
**Gerência das Comissões**

**Art. 6º** O Contrato de aprendizagem e o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e com prazo determinado, não inferior a 1 (um) ano, pode ser renovado por mais 1 (um) ano.

**Art. 7º** É garantido ao Jovem Aprendiz Atípico, pelo ente público contratante, um valor de pagamento por hora, cuja definição se dará por Decreto do Executivo Municipal.

**Art. 8º** A execução do Programa será coordenada pela Secretaria Municipal de Inclusão e Assistência Social, em articulação com as Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico, entidades formadoras e organizações da sociedade civil.

**Art. 9º** O Programa poderá ser implementado inicialmente em caráter piloto, em setores previamente mapeados, com vistas à avaliação de impacto e expansão progressiva.

**Art. 10.** Ato do Poder Executivo Municipal regulamentará no prazo de até 90 (noventa) dias as disposições pertinentes a esta Lei Complementar.

**Art. 11.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Município de Porto Velho, sendo o Poder Executivo autorizado a realizar adequações e remanejamentos, desde que observados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 12.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gerência das Comissões, 17 de junho de 2025.

**Ver. FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**  
**Presidente CMPV**  
**- 2025/2026 -**





Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** - - Em: 17/06/2025, 12:53:07